

Sobram leis, falta decisão

Kátia Marsicano
Da equipe do **Correio**



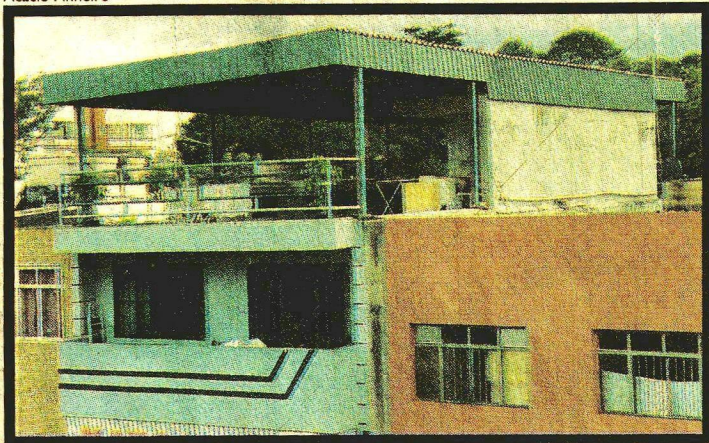
O tratamento e a competência dos deputados distritais de legislar sobre a área tombada é

discussão antiga. Não é de hoje, os ministérios Públicos Federal e do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Conselho Técnico de Preservação e arquitetos discordam da liberdade com a qual atuam, propondo e aprovando leis que descaracterizam cada vez mais a cidade.

São quase 200 projetos de lei, moções, requerimentos e leis apareceram relacionados à Região Administrativa I (Brasília), onde está a parte tombada da cidade. Isso desde a instalação da Casa. A informação só reforça levantamento da arquiteta Tânia Batella, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), no final do ano passado, quando foram identificados, entre janeiro de 1995 e agosto de 1999, 101 leis e projetos que, de alguma forma, alteram o Plano Piloto — 21 foram propostos pelo Executivo.

Entre as leis que mais surpreenderam Tânia Batella, está a que altera a redação da

Acácio Pinheiro



MAIS UM ANDAR

OS PRÉDIOS DAS 700 NORTE ESTÃO GANHANDO NOVOS PAVIMENTOS ALEATORIAMENTE. PROJETO QUE TRAMITA NA CÂMARA LEGISLATIVA PERMITE COBERTURA DE ATÉ 4 METROS DE ALTURA ACIMA DO QUE HOJE É PERMITIDO. QUEM DEFENDE A PRESERVAÇÃO VAI PROTESTAR

Norma de Edificação, Uso e Gabarito (NGB) 52/90, um documento técnico que só deveria ser modificado por engenheiros ou arquitetos. A lei 321/00, do deputado distrital Jorge Cauhy (PMDB), permite coberturas em prédios nas quadras 700 e fixa como altura máxima quatro metros acima do teto do último andar.

Para controlar as propostas de ampliação de lote, mudança

de uso e privatização de áreas públicas, o presidente da Câmara, deputado distrital Gim Argello (PMDB), determinou a instalação de uma comissão especial para cuidar do assunto.

A comissão terá dez parlamentares, que ficarão encarregados de enviar todos os projetos à análise do IAB, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e às audiências públicas.